

# A história da imigração no Rio Grande do Sul: experiências de pesquisa

*René E. Gertz\**

Vou começar falando de mim mesmo. Penso que isso não é de todo desimportante no momento em que ingresso no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – esta é minha “conferência de posse”, como diz o convite solene – e passo a ser colega daqueles que já se encontram aqui há mais tempo. Certamente não deixará de ter algum valor para as senhoras e para os senhores colegas se tento transmitir-lhes uma impressão mínima sobre aquele que está ingressando na “confraria” e com quem lidarão de agora em diante.

Podem ficar tranqüilos – vou falar muito pouco de minha pessoa. Logo, logo passarei a apresentar algumas informações talvez um pouco mais interessantes sobre aquilo que tenho feito na qualidade de pesquisador da área de História e que constitui a razão de meu ingresso nesta casa.

Antes disso, porém, poucas palavras sobre mim mesmo. Nasci em 1949, num lugarejo chamado Machado, então pertencente ao município de Santa Rosa, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, localizado 45 quilômetros ao norte da sede municipal. Pouco mais tarde, passamos a pertencer por algum tempo a Horizontina, para, no final da década de 1950, passarmos a ser município de Tucunduva. Como lá por 1965 fui trocar minha certidão de nascimento original por uma nova, passei a constar em toda a documentação posterior como nascido não mais em Santa Rosa, mas em Tucunduva. Desde 1992, o lugar em que nasci adotou o nome de *Novo Machado* e passou a ser município. Até o momento não ouvi dizer que seja capital de qualquer coisa – mas na época de sua criação não deixaram de ter uma certa repercussão nacional as filhas trigêmeas do primeiro prefeito.

Meus pais nasceram na ex-colônia de Guarani, localizada ao sul de Santa Rosa, numa região que se estende desde a sede desse município até a cidade de Guarani das Missões – mesmo que a antiga colônia de Guarani, em termos territoriais, tenha a ver

---

\* Professor nos Departamentos de História da PUCRS e da UFRGS. O texto reproduz o discurso de posse como membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em 5 de agosto de 2005.

relativamente pouco com o atual município de Guarani das Missões. Tenho certeza de que essa colônia foi uma das mais interessantes experiências de colonização em nosso estado, ao lado de Ijuí e de mais alguns outros casos.

Trata-se de uma colônia do período republicano e se caracterizou pelo grande pluralismo étnico e religioso. Meus quatro avós, apesar de pertencerem à etnia alemã, vieram, no início do século XX, da Volínia, na Ucrânia, juntamente com colonizadores russos e poloneses. Nesse sentido, li com muito interesse no número de maio de 2005 do *Jornal da Universidade* (UFRGS) uma matéria sobre o professor de física Fernando Cláudio Zawislak, nascido na Linha Laranjeiras, hoje pertencente ao município de Ubiretama, na mesma picada em que meu pai nascera, 20 anos antes do professor Lawislak.

Costumo lembrar a minhas filhas que suas bisavós do lado paterno eram analfabetas – porém políglotas. Falavam, de forma intercambiável, alemão, polonês e russo. Assim, para elas, não constituía nenhum problema que os vizinhos da direita fossem a família Belineck e os vizinhos da esquerda fossem os Skalci.

Da mesma forma que meus avós, meus pais foram colonos, pequenos proprietários rurais, que sobreviveram com a produção em um lote-padrão, uma “meia colônia”, daquele período – 12 hectares e meio de terra.

Estou convicto de que esse background familiar marcou profundamente a minha vida, minha forma de ser e de pensar. No contexto social em que me criei, prezava-se ao extremo a autonomia colona. Não estar devendo nada a ninguém, nem em dinheiro nem em favores, constituía um dos maiores orgulhos de qualquer colono. Meu pai só se sentia livre, se sentia dono de si quando se encontrava nessa condição de não dever nada a ninguém. Preferia passar algum grau de necessidade, a pedir um favor a alguém. Penso que até na minha atividade intelectual esses princípios de meu pai, às vezes, me perseguem. Alguns anos atrás, editei um livro com textos sobre a relação entre Max Weber e Karl Marx. Como epígrafe do livro, coloquei as seguintes frases desses dois gigantes das Ciências Humanas: “Qualquer juízo contendo uma crítica científica me é bem-vindo. Em relação aos preconceitos da assim chamada opinião pública, à qual nunca fiz qualquer concessão, continua valendo o lema do grande florentino: ‘seguí o teu curso, e lascia dir le genti!’” (Karl Marx). Mas é principalmente na frase de Max Weber que vejo refletidos os ideais de meu pai: “O político pode e deve assumir compromissos, mas a minha profissão é a de erudito [ou intelectual], e o erudito [ou intelectual] não pode assumir compromissos e acobertar o ‘contra-senso’”.

Reputo também de suma importância a influência que devem ter exercido sobre mim os pluralismos étnico e religioso. Devo antecipar-me e destacar que o ambi-

ente em que me criei não esteve isento de preconceitos étnicos e religiosos – não saberia dizer se foram maiores ou menores do que aqueles existentes em qualquer lugar. Mas a diferença certamente está no fato de que conheci cara a cara os “outros” e convivi com eles. E esse convívio me mostrou que, mesmo sendo diferentes que nós, não eram monstros ou criaturas exóticas. Ainda que a nossa religião defendesse princípios diferentes da igreja dos nossos vizinhos, nós sabíamos que os vizinhos eram tão humanos, tão éticos, tão amorosos, tão solidários quanto nós luteranos. Inclusive tínhamos algumas tias e alguns tios que tinham casado com integrantes de outras confissões religiosas e aderido às mesmas, sem que isso causasse qualquer problema. Não é invenção a história que contei cerca de um ano atrás num pequeno artigo de jornal: meu pai lamentou por toda a vida o fato de que Machado não possuísse uma igreja católica. Das dez confissões religiosas de cuja existência ele sabia, nove tinham igreja em Machado, e, como ele pensava que uma “cidade” que se prezasse deveria ter igrejas de todas as religiões, incentivava as duas ou três famílias católicas do lugar a construir um templo, comprometendo-se a ajudar dentro naquilo que fosse possível, inclusive financeiramente. Posso testemunhar que essa era uma promessa séria.

Portanto, penso ter herdado alguns elementos das seguintes características: uma valorização extrema da autonomia pessoal e a tolerância. Quando, às vezes, me autodefinio como “liberal radical”, estou pensando no seguinte: na tolerância para com todos os credos culturais, intelectuais e religiosos, desde que também tolerantes e consistentes. Não posso fazer aqui qualquer manifestação política, pois este não é o lugar adequado para isso, mas aprendi com Max Weber que também em outras áreas a única possibilidade de ao menos postergar-se a implantação definitiva da “jaula de ferro da submissão” que ameaça a todo o gênero humano que presa o “eu”, a personalidade, está na garantia da existência e da valorização da iniciativa pessoal, em sentido lato.

Por último, uma palavra sobre minha vida profissional. Como pretendia ser pastor, deixei Machado em 1962 para estudar em São Leopoldo numa escola equivalente ao seminário menor no sistema educacional católico. Passei ali os anos correspondentes ao ginásio e ao colegial clássico, depois, em vez de ir estudar Teologia, fiz o curso de História, na UNISINOS. Uma vez formado, fiz o mestrado em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e depois o doutorado, na mesma área, na Universidade Livre de Berlim. Trabalho desde 1982 no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e desde 1987 também no mesmo Departamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*

Com isso, tracei um rápido panorama sobre mim mesmo, para passar agora àquilo que possivelmente interessa mais, isto é, à minha produção como pesquisador da área de História.

Claro, não posso falar de tudo aquilo que já fiz na vida em termos de produção intelectual. O professor universitário vê-se, a toda hora, desafiado a fazer pequenas pesquisas para atender a demandas cotidianas e à curiosidade pública. Vou ater-me, portanto, àqueles campos em que penso ter dado uma pequena contribuição para o conhecimento histórico dentro de nosso estado. Não entrarei em detalhes sobre uma pequena contribuição que penso ter dado à divulgação da historiografia alemã contemporânea no Brasil, contribuição que se concretizou, sobretudo, na tradução de textos de historiadores alemães para o português. Nesse campo sou apenas um divulgador, mas diante da massacrante influência francesa em nossa historiografia, penso que essa ação talvez tenha contribuído justamente para garantir um mínimo de pluralismo, que me é tão caro.

Mas vamos aos principais trabalhos de pesquisa histórica a que me dediquei até este momento. Minha dissertação de mestrado e minha tese de doutorado giraram em torno dos temas germanismo, nazismo e integralismo nas regiões de colonização alemã durante a década de 1930, no Rio Grande do Sul (na dissertação de mestrado) e em Santa Catarina, numa comparação com o Rio Grande do Sul (na tese de doutorado). Em termos mais abstratos, poderia dizer-se que tratei de questões político-culturais nas regiões de colonização alemã do sul do Brasil nos anos 1930. Não vou relatar os caminhos percorridos para chegar a esse tema. Isso levaria muito tempo. Devo dizer apenas que encontrei uma bibliografia para a qual esse tema estava resolvido, tinha “transitado em julgado”, de modo que não haveria nada de novo a pesquisar ou a problematizar e a explicar. Tudo parecia claríssimo. Mas uma leitura mais atenta dessa bibliografia me mostrava que ela incorria em muitas contradições. A leitura de algumas fontes novas reforçou as suspeitas de que as afirmações e explicações da bibliografia não eram tão consistentes quanto pareciam à primeira vista.

Que havia de explicação para a existência de germanismo, nazismo e integralismo na década de 1930?

De forma muito resumida, havia o seguinte. Desde o início do processo de imigração e colonização alemã no sul do Brasil, afirmava-se que o papel econômico que se esperava fosse cumprido pelos imigrantes e por seus descendentes havia sido cumprido a contento. Mas do ponto de vista político-cultural se teria criado um enorme problema, porque os imigrantes e seus descendentes se teriam mantido avessos à integração cultural e política, mantendo-se isolados e enquistados em território brasi-

leiro, totalmente avessos à participação política, formando “quistos étnicos” brutalmente prejudiciais à constituição da nacionalidade e responsáveis por ameaças imperialistas, sobretudo em períodos de crise internacional.

Não é possível entrar em detalhes, mas quem tem um conhecimento mínimo sobre o tema sabe que, durante o período imperial brasileiro, imigrantes e acatólicos tiveram problemas formais, objetivos, para uma integração política, pois havia restrições para sua participação eleitoral e seu acesso a cargos públicos. Nesse sentido, a ausência de integração era causada pela própria ordem jurídica que vigorava no Brasil.

Objetivo também é o fato de que desde longa data, mas principalmente a partir de aproximadamente 1870, com a criação do império alemão, agentes intelectuais muitas vezes pregavam entre as populações de origem alemã uma doutrina que defendia a segregação como um ideal. Essa doutrina ficou conhecida pela expressão “germanismo”.

Na tradição política e intelectual brasileiras, essas bases históricas, que tinham suas raízes no século XIX, teriam sobrevivido nos primeiros 40 anos da República e com isso se teria chegado à década de 1930 com a seguinte equação, na aparência, extremamente plausível: o germanismo estaria profundamente enraizado na população de origem alemã, em decorrência da ausência da integração; o nazismo, por sua vez, constituiria um germanismo radicalizado, provocando uma adesão total e irrestrita a ele; e o integralismo, como um nazismo brasileiro, seguiria no mesmo rastro. A seqüência germanismo = nazismo = integralismo parecia muito lógica e plausível, e, com isso, não haveria nada a explicar.

Para a massa dos cidadãos brasileiros, até hoje, tudo isso parece extremamente lógico e evidente. Muitas vezes, anunciar a necessidade de uma revisão nesse quadro até parece provocação. Quem, porém, não se satisfaz com a simples “lógica” histórica, mas se esforça por confrontá-la com os fatos ou – como disse um historiador alemão – quem pensa que se deva conceder aos fatos o direito de veto sobre a teoria, esse vai ver que muita coisa não “fecha” nesse quadro, nessa “lógica” aparentemente tão perfeita.

E um dos fatos empíricos que a pesquisa nos indica se refere ao número de nazistas que existiram no Brasil na época. A documentação que se encontrou nos arquivos da Alemanha até este momento indica que houve menos de 3.000 nazistas filiados ao partido no Brasil. Esse dado não é desprezível. Quem ouviu falar no assunto sabe que o senso comum pensa em milhares e milhares de nazistas fardados circulando em território brasileiro da época. E essa suspeita tinha alguma razão de ser no contexto dos acontecimentos da década de 1930. É que havia, provavelmente, uns

100.000 alemães natos vivendo no Brasil. Desses, possivelmente, uns 70.000 tinham vindo após a Primeira Guerra Mundial, como fugitivos da crise econômica que atingira a Alemanha. Além disso, a partir de 1933 a presença econômica alemã aumentou muito no Brasil, quando vieram mais alemães como funcionários das novas empresas ou da ampliação da presença das antigas. Ambos os grupos, tanto os fugitivos da crise econômica dos anos 1920 quanto os que vieram, posteriormente, trabalhar nas empresas alemãs, tinham muitas razões subjetivas e objetivas para aderir ao nazismo. Por isso, o número de, no máximo, 3.000 filiados certamente é decepcionante, ou melhor: suspeito, para muita gente.

Claro, havia, sem dúvida, milhares de simpatizantes. No entanto – e isso muitas vezes é difícil de ser aceito como argumento, mas representa um fato incontestável –, ser simpatizante do nazismo constituía quase um imperativo político naquele contexto para alemães e descendentes no nosso estado e no nosso país, pois o presidente da República brasileira se mostrava profundamente simpático ao regime alemão e o governador do Rio Grande do Sul não deixava de dar publicidade à sua amizade com o cônsul alemão. Nesse contexto, manifestar-se antinazista poderia ser interpretado como um ato antibrasileiro – já que na amizade com a Alemanha e com o regime nazista estavam em jogo grandes interesses econômicos e políticos do Brasil da época.

Da mesma forma que em relação ao nazismo, para o senso comum, entre alemães e descendentes, quem não vestia a camisa parda do nazismo, vestia, evidentemente, a camisa verde do integralismo. Mas quem vai às fontes, e faz um levantamento também sobre o número de integralistas que de fato havia nas regiões de colonização alemã pode ficar mais uma vez decepcionado. Os números concretos e objetivos de que dispomos para o Rio Grande do Sul são os das eleições municipais de 1935 – as últimas antes da implantação do regime do Estado Novo, em 1937. E elas indicam que nos municípios mais típicos de colonização alemã o percentual mais elevado foi alcançado em Novo Hamburgo, com cerca de 20% dos votos. Nos demais municípios, esse percentual variou de 0% a 7%.

Uma comparação entre Novo Hamburgo e os demais municípios mostrou que esse fora o único no qual se formara apenas uma única chapa de oposição, a dos integralistas. A localização da ata eleitoral do município de São Leopoldo – deve-se lembrar que não é muito fácil localizar detalhes dos dados eleitorais anteriores a 1945 – evidenciou um fenômeno extremamente interessante sobre as duas chapas de oposição que lá se apresentaram. Naquelas urnas em que havia um maior número de votos integralistas, a outra chapa de oposição não conseguira número significativo de votos, e vice-versa. Essa constatação sugere o seguinte raciocínio: os integralistas eram apenas *uma* das alternativas para congregar a oposição potencial nos municípios, que o

voto integralista não tinha nenhuma conotação étnica especial, e que o voto nos integralistas, portanto, não podia ser derivado do fato de que as pessoas eram de etnia alemã, pois os votos da outra facção oposicionista o eram na mesma medida.

Essa constatação levou à formulação de uma hipótese que até hoje não foi refutada por pesquisas posteriores às minhas. Como em qualquer lugar, estrutura social, problemas políticos locais, habilidade das lideranças, descontentamento com a administração – aspectos que caracterizam a vida política em todos os lugares e em todos os tempos – levaram ao surgimento de partidos de oposição, dentre os quais se situava também a Ação Integralista Brasileira. E que para entender o integralismo, também nas regiões de colonização alemã, se deveria aplicar uma lógica universalista e não uma lógica particularista, no caso, étnica.

A partir dessa opção metodológica, isto é, a partir da decisão de não mais valorizar a variável étnica como fator explicativo único e suficiente, abriu-se um quadro extremamente claro para explicar a situação de cada lugar. Não posso entrar em detalhes por falta de tempo, mas ficou muito evidente que o sucesso do integralismo em Campo Bom, por exemplo, se devia à insatisfação de uma parcela significativa da população com seu pertencimento a São Leopoldo, enquanto a sede municipal de Novo Hamburgo estava muito mais próxima. A presença integralista em Caf e um famoso episódio acontecido naquela localidade, em fevereiro de 1935, se deviam à inabilidade política do prefeito Moraes Fortes, e assim por diante. Se a gente esquece que está lidando com uma população de origem alemã em todos esses casos, não se perde absolutamente nada em qualidade explicativa sobre a presença integralista.

Mesmo que alguns pontos específicos de minhas explicações e interpretações tenham sofrido pequenas correções por parte de pesquisadores mais recentes, ninguém conseguiu refutar essa tese mais geral. Eu diria, dentro da perspectiva de Karl Popper, que minha hipótese está resistindo às tentativas de refutação – ao menos até agora.

Claro, ensaístas que não fazem pesquisa empírica continuam a classificar minhas conclusões de pura bobagem ou, no mínimo, a ignoram. Nunca me preocupe com isso.

Detalhes sobre os resultados dessa minha primeira grande pesquisa foram publicadas num livro intitulado *O fascismo no sul do Brasil*, em 1987. Em 1991, publiquei um pequeno volume chamado *O perigo alemão*, no qual não apresento, a rigor, nenhuma tese nova, mas apenas uma linguagem mais simples, num texto bem mais curto, e alguns dados novos.

\*

Uma próxima etapa das minhas pesquisas foi aquela dedicada à presença alemã entre o operariado e o movimento operário no Rio Grande do Sul, em especial na Capital. A rigor, nesse campo não defendi nenhuma tese nova ou inovadora. Os trabalhos foram muito mais descritivos, e a novidade talvez tenha estado muito mais no fato de simplesmente chamar a atenção para uma realidade relativamente desconhecida do que de abrir uma perspectiva nova sobre um campo já tratado pela historiografia. Se em São Paulo os italianos tinham tido um papel muito importante no campo operário e se esse fato foi tratado com frequência pela historiografia, no Rio Grande do Sul os italianos, nesse campo, se destacaram muito menos, como mostrou Stela Maris Borges, e minhas pesquisas mostraram que os “alemães” estiveram muito mais presentes do que se imaginava até então. Inclusive pude trazer à luz o fato de que se na historiografia brasileira o anarquismo e algumas outras doutrinas e práticas que hoje chamaríamos de “alternativas” costumam ser vinculadas a espanhóis e italianos, em Porto Alegre os “alemães” se destacam nesse campo.

Como resultado não acadêmico desse trabalho, Porto Alegre homenageia hoje em dia não só membros da burguesia e intelectuais de origem alemã através dos nomes de suas ruas, mas também um imigrante alemão anarquista – Frederico Kniestedt.

Além da descoberta de uma nova área de estudos, a dedicação aos anarquistas foi pessoalmente muito gratificante, na medida em que estes manifestavam de forma heróica e apaixonada sua indignação com a insensatez, insurgindo-se contra ela ali onde a maioria da população se submetia qual cordeiros a imposições sem sentido. Estabeleceu-se, no mínimo, uma “afinidade eletiva” entre os anarquistas e aquele que se dedicava ao estudo de sua história.

A satisfação máxima desse período de estudos, porém, foi atingida numa tarde quente de verão no bairro Navegantes, em Porto Alegre, num encontro com a viúva de um desses anarquistas (Ernst Kolbe), quando ela, em meio a lágrimas, contou que não era militante, no entanto, como esposa de um deles, acompanhava toda a sua luta, mas jamais imaginara que um dia – décadas depois – alguém poderia vir a interessar-se por eles e pela sua atuação. Foi uma enorme compensação emocional pelo tempo dispendido na pesquisa. Outra compensação se renova cada vez que leio algum trabalho sobre o operariado ou o movimento operário no Rio Grande do Sul do entre-guerras e lá encontro sempre de novo referido o resultado maior dessa fase de pesquisas que é a tradução e edição das notas autobiográficas de Frederico Kniestedt, publicadas por frei Rovílio Costa pelas Edições EST, sob o título *Memórias de um imigrante anarquista*.

\*

Outro tema a que dediquei algum esforço investigativo foi a Revolução Federalista. Como a Revolução Farroupilha aconteceu num momento em que a imi-

gração alemã apenas estava começando, ela tem uma importância relativamente pequena na memória histórica das regiões de colonização alemã. A Revolução Federalista, pelo contrário, está muito presente na memória histórica. Quem chega a Santa Clara do Sul, por exemplo, ouve, como primeira manifestação de patriotismo local, louvores às belas mulheres do lugar, como Shirley Mallmann e a mãe de Gisele Bündchen. A segunda referência, porém, será ao monumento à gloriosa resistência à invasão maragata durante a Revolução Federalista. E manifestações desse tipo encontram-se em muitos lugares. Há também uma bibliografia relativamente extensa a respeito do tema. Lembro apenas o livro do padre Alberto Träsel *Der Maragatenkrieg auf den deutschen Kolonien von Rio Grande do Sul* (A guerra dos maragatos nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul).

Esse livro pode ser considerado paradigmático sobre a forma pela qual o assunto fora tratado até então. Assumindo a amplamente difundida tese do isolamento cultural, social e político das populações de origem alemã, o “enquistamento étnico” e seus corolários, como o total indiferentismo político, por um lado, mas a fidelidade absoluta ao poder constituído, por outro lado, a quase totalidade da bibliografia sobre o assunto tenta vender a idéia de que as populações de origem alemã estavam totalmente indiferentes ao conflito, porém leais aos republicanos castilhistas, que os colonos só pensavam em trabalhar para sua nova pátria e que, em algumas ocasiões, foram covardemente atacados pelos insurgentes federalistas. Esses, muitas vezes, são desclassificados como escória da sociedade, que atacava pacíficos e ordeiros colonos. Não há dúvida de que em alguns casos essa visão corresponde, grosso modo, à realidade. Mas, essa visão está muito, mas muito longe de corresponder aos fatos, quando se leva em consideração o conjunto das regiões de colonização alemã.

Como havia aprendido em meus estudos sobre a década de 1930 que com esse tipo de análise não se ia muito longe e o brejo interpretativo era o destino inevitável, resolvi acercar-me mais ou menos com os mesmos instrumentos analíticos deste período do final do século XIX. Ou seja, tentei esquecer o fato de que estava interessado em populações de origem alemã, e abandonei a idéia de que a variável etnia podia explicar tudo. Recorri – como grande parte dos historiadores faz até hoje com a maioria dos temas históricos – a aspectos sociais, políticos, ideológicos, religiosos para tentar explicar aquilo que aconteceu durante a Revolução Federalista nas diversas regiões de colonização alemã.

Uma primeira constatação foi a de que se é verdade que outras regiões do Rio Grande do Sul foram mais atingidas que as citadas, o sangue por elas derramado não foi desprezível. Cataloguei, nominalmente, cerca de 200 mortes; algumas, é verdade, na forma de assassinatos covardes, a maioria, porém, em confrontos armados. Os

responsáveis pelos assassinatos também não foram, sempre, integrantes de uma outra etnia, como faz crer a historiografia existente.

A lealdade absoluta ao governo constituído se mostrou como uma grande mentira. As regiões de colonização alemã produziram alguns importantes líderes maragatos. Certamente o mais lendário deles foi José Altenhofen na região do Alto Taquari, que tinha sua base de operações num lugar que pelo senso comum era considerado um dos mais exóticos do planeta, o povoado luterano de Teutônia. Mas podem ser citados muitos outros: os Jungblut na região de Venâncio Aires, os Schilling e os Schwantes na região de Santa Cruz do Sul, os Eickhoff na região de Taquara. Do lado do governo, temos os Lautert na região de Lajeado, os Bürgel no vale do rio Caí – e muitos outros.

Constatado o fato objetivo de que as regiões de colonização alemã, no seu todo, não estavam maciçamente de um ou de outro lado, que não foram espectadores neutros e desinteressados, que o propalado abstencionismo e a propalada antinacionalidade não pode ser detectada durante a Revolução Federalista, fiz uma tentativa para entender por que em certos lugares, efetivamente, havia maior simpatia pelo governo, em outros a simpatia era maior em relação aos maragatos, e ainda em outros lugares, de fato, havia uma certa neutralidade em relação aos dois lados.

Para entender tudo isso, mais uma vez deve-se abstrair do fato de que se tratava de populações de etnia alemã. Não leva a lugar algum qualquer tentativa de análise histórica desse episódio que se proponha a verificar como “os alemães” se inseriram na Revolução Federalista. Quero tentar clarear isso com exemplos. Não é possível recuar até Adão e Eva, mas para a região do vale do rio dos Sinos vale o seguinte quadro geral: ali forças políticas marcadas pelo luteranismo e pela maçonaria assumiram o poder local com a proclamação da República. Talvez isso tenha a ver com as articulações políticas do pastor Wilhelm Rotermund e seus colegas desde o império. A oposição estava claramente identificada com o catolicismo. Mesmo que não se possa ignorar as eventuais bases socioeconômicas do conflito político regional, a clivagem política pode ser claramente *visualizada* como religiosa, até 1930. No entanto, São Leopoldo e adjacências revelaram um grau relativamente baixo de conflito durante a Revolução Federalista. Como se explica isso?

De forma relativamente simples. No nível estadual, se estabelecera uma aliança entre o Partido Republicano Riograndense e os católicos, logo após a proclamação da República. Essa aliança se caracterizou, entre outros, pela inclusão de nomes indicados pelo catolicismo nas chapas republicanas à Assembléia de Representantes. No decorrer da República Velha, a presença de deputados como Luís Englert e Alberto Bins evidenciam essa aliança, que na última legislatura, no final dos anos 1920, che-

gou a incluir um sacerdote, monsenhor Nicolau Marx. Exatamente na mesma categoria se enquadravam os deputados Jacob Kroeff Filho, no início, e mais tarde Jacob Kroeff Neto, representantes de São Leopoldo. Mesmo que os Kroeff e seus seguidores, de um lado, e os luteranos, maçons e seus seguidores, de outro lado, hipoteticamente, poderiam ter ido às vias de fato no conturbado período revolucionário, isso não aconteceu, porque ambos eram aliados de Júlio de Castilhos e, por isso, deveriam manter-se no mesmo lado – e sem confrontos (ao menos armados) entre si. Dessa forma, o período pós-revolucionário foi muito mais conturbado, na região, do que o período revolucionário propriamente dito.

Na outra ponta, temos Santa Cruz do Sul, um município muito agitado durante a revolução. Santa Cruz fora, historicamente, um dos mais importantes redutos liberais durante o Império, e dos mais politizados. Foi ali, e não em São Leopoldo, que já em 1880 se elegeu a primeira câmara municipal com nomes exclusivamente alemães, e um filho de Santa Cruz do Sul, Gaspar Bartholomay, fora eleito nesse mesmo ano para a Assembléia Provincial, constituindo-se, juntamente com Friedrich Haensel, nos primeiros dois sobrenomes alemães a ingressarem nessa instância política. Com isso, Santa Cruz do Sul estava “na oposição” quando a República foi proclamada. E a oposição se aprofundou e levou à rebelião armada quando o governo castilhista começou a interceptar os caboclos ligados ao líder Zeca Ferreira, cuja base de atuação se localizava na encosta da serra ao norte do município, para recrutá-los de forma compulsória.

O que causou a rebelião contra o governo não foi o fato de que os “alemães” de Santa Cruz se tivessem comovido com a injustiça causada a essa pobre gente, mas sim o fato de que os comerciantes santa-cruzenses mantinham um comércio não desprezível com a gente do Zeca Ferreira. E foi o prejuízo causado pela interrupção desse comércio que levou à tomada de Santa Cruz, em fevereiro de 1894, numa grande confraternização entre os “alemães” e os caboclos de Zeca Ferreira.

Claro, algum especialista talvez poderia dizer que essas explicações – tanto para a situação em São Leopoldo quanto para a de Santa Cruz do Sul – são um pouco simples demais. Talvez. Mas, em primeiro lugar, nós historiadores nunca conseguimos abarcar a complexidade total da realidade que nos cerca, sempre somos obrigados a simplificar, para poder apreender. Em segundo lugar, essas explicações podem receber complementações e pequenas correções, mas, com absoluta certeza, não se enroscam nos insolúveis emaranhamentos em que incorrem absolutamente todas as tentativas de interpretação que se propõem a estudar “os alemães” na Revolução Federalista. E isso pelo simples fato de que “os alemães” nunca existiram!

\*

Em 2001, publiquei meu último trabalho mais amplo, um livro chamado *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. O ponto de partida foi extremamente modesto. Havia trazido do arquivo da Igreja Evangélica Alemã, em Berlim, um dossiê sobre uma crise econômica e administrativa na livraria e editora da família Rotermund, de São Leopoldo. O pastor Wilhelm Rotermund tinha sido o fundador do Sínodo Riograndense, a maior congregação luterana do Rio Grande do Sul, e sua livraria e editora exercera um papel muito importante na administração e na divulgação do sínodo. Mas ainda antes de sua morte, em 1925, o empreendimento havia apresentado alguns sinais de crise, os quais se tornaram mais fortes depois de sua morte. A crise fora motivada, entre outros, pelo fato de que nenhum dos filhos seguira o pai na profissão de pastor. Para a Igreja Evangélica Alemã, a preservação desse patrimônio para o Sínodo Riograndense era importante, tendo em vista que, na época, a igreja alemã sustentava o sínodo gaúcho.

Uma tentativa de enriquecer as informações contidas no dossiê com outras fontes levou à descoberta de que essa crise se inseria num contexto muito amplo que ia da teologia à filosofia, da religião à política, da cultura à economia – e isso não só no âmbito acanhado de São Leopoldo, mas de todo o estado e até do Brasil inteiro. O jornal da família Rotermund (*Deutsche Post*) e a própria editora acabaram sendo empastelados, em setembro de 1928, com que o foco de investigação ficou centrado na tentativa de explicação desse episódio.

Como, nessa altura de minha produção historiográfica, eu não mais escrevia para agradar a eventuais bancas de avaliação, sejam de teses ou de concursos, imaginei fazer algo diferente. Foi um grande erro. Para começar, dei ao trabalho um título literário (*O aviador e o carroceiro*), mas o desastre provavelmente não deriva daí. É que resolvi fazer um texto que seria exclusivamente narrativo, sem qualquer frase explicativa. Eu contaria a história e o leitor estabelecería as conexões, interpretaria os acontecimentos. Consegui cumprir esse objetivo em alto grau – em apenas duas ou três passagens me vi obrigado a inserir pequenas frases explicativas. Mas talvez o erro fatal ainda não estivesse nesse detalhe. É que resolvi não escrever uma introdução para explicar ao leitor onde queria chegar. E pior, não dei títulos aos capítulos, os quais ficaram identificados apenas com números romanos. O fracasso editorial era inevitável. Mas considero que este é o livro mais “tamborilado” e mais importante que escrevi.

Por isso, me afasto das considerações sobre os erros que cometi ao escrevê-lo, e passo a fazer algumas referências àquilo que considero seus méritos. Em primeiro lugar, cada capítulo conta uma história e pode ser lido de forma independente do todo. Quem quiser saber das influências étnicas e religiosas em nossa Universidade Federal

durante os primeiros 30 anos de existência das então “escolas livres” pode ler o capítulo VI; quem quiser saber algo sobre o fervor nacionalista brasileiro do arcebispo D. João Becker leia o capítulo IV; quem quiser conhecer a história da emancipação política do município de Novo Hamburgo, o menor do Brasil na época e enquistado dentro do seu município-mãe, leia o capítulo VIII. E há outros assuntos interessantes. Mas reputo o capítulo III o mais importante para a linha em que orientei todos os meus trabalhos sobre a imigração alemã. Faço ali uma análise da integração política das populações de origem alemã no Rio Grande do Sul de 1924 a 1928. E julgo ter feito algumas descobertas fantásticas, que inclusive colocam nova luz sobre minhas primeiras pesquisas, aquelas sobre os anos 1930. De uma forma extremamente resumida, as conclusões desse capítulo são as seguintes: quando o Pacto de Pedras Altas, de 1923, informou às populações de origem alemã que o poder quase absoluto de Borges de Medeiros fora quebrado e que também os eternos intendentos que ele impunha em todo o estado, mas principalmente nas regiões de colonização, não poderiam mais reeleger-se, essa população considerou chegada sua hora. E, para lidar com a nova situação, recorreu-se a práticas políticas consideradas, algumas décadas mais tarde, como as mais democráticas e republicanas possíveis. Principalmente nas eleições de 1928, prévias eleitorais, antes, e orçamento participativo, depois, foram as idéias-de-ordem mais ouvidas entre os colonos. O entusiasmo com a nova situação chegou a um ponto de mobilização tal que, em alguns municípios, cerca de 40% da população participou das eleições. – Só para se ter uma idéia daquilo que isso significava, deve-se informar que nessas mesmas eleições de 1928 na supostamente iluminista e metropolitana Porto Alegre apenas míseros 4% da população compareceram às urnas.

Se eu tivesse sabido dessa realidade quando fiz minhas pesquisas sobre a situação da década de 1930, muitas coisas teriam sido explicadas de forma muito mais clara e convincente do que consegui fazer com os dados escassos de que dispunha naquela época. Informei, no início, que Novo Hamburgo tivera nas eleições de 1935 o maior percentual de votos integralistas. Eu tinha, então, apenas a informação de que os integralistas formavam o único agrupamento oposicionista no município. Mas com as informações obtidas agora sobre o acordo entre os principais agrupamentos políticos locais, costurado em 1927, durante a campanha para a emancipação, entendi por que não se constituiu nenhuma oposição tradicional e, conseqüentemente, por que os integralistas obtiveram um relativo sucesso. Não posso entrar em detalhes, por falta de tempo, mas posso garantir, agora com muito maior convicção, que os 20% de eleitores que deram seu voto aos integralistas em 1935 definitivamente não o fizeram por causa de uma ordem de Hitler transmitida em código através da Rádio de Berlim – como costume dizer, jocosamente, diante do fato de que um certo folclore desse gênero continua a ser divulgado até hoje.

\*

Não por último, por ser cidadão e, como tal, por sofrer cobranças em relação a temas atuais, também me dedico esporadicamente àquilo que historiadores contemporâneos muitas vezes chamam de “história do tempo presente”. Minhas pesquisas nesse sentido ainda não resultaram em nenhum trabalho de maior extensão, consistindo, por enquanto, em poucos escritos breves, alguns publicados na imprensa. Essas pesquisas também não são muito sistemáticas e profundas, baseando-se, em geral, em informações fornecidas pela imprensa diária. Além disso, a intuição tem nesse caso uma importância maior do que nas pesquisas anteriormente referidas.

Na verdade, essas pesquisas derivaram de observações ocasionais. E eu diria que duas observações foram fundamentais para mim. Um primeira, foi a constatação de que se traçarmos um linha imaginária que vai das mais tradicionais regiões de colonização alemã ao norte de Porto Alegre, sobretudo as menos urbanizadas, onde as características alemãs na cultura, na língua ainda estão mais presentes, até a fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na região da qual venho, e observarmos os resultados eleitorais do período posterior ao regime militar constatamos que, em especial nas eleições majoritárias com segundo turno, quando os eleitores são confrontados pela exigência em definir-se entre um candidato mais “à direita” e outro mais “à esquerda”, os eleitores das colônias mais antigas, ao norte da Capital, apresentam um tendência eleitoral claramente “à direita”. Isso fez com que em alguns municípios do vale do rio Caí, por exemplo, os candidatos “à direita” tenham recebido até 82% dos votos do segundo turno nas eleições para governador. Mas à medida que se vai para o oeste essa proporção muda. Na altura de Carazinho, no centro do estado, nos municípios de Não-Me-Toque, Selbach, Ibirubá, a proporção média se localiza (ainda) em 60% de votos “à direita” e 40% “à esquerda”. Finalmente, no extremo oeste, na região de Santa Rosa, temos um claro empate entre as duas tendências.

Essa constatação me tem dado oportunidade de fazer algumas brincadeiras com militantes mais exaltados. Quando algum desses militantes me diz que as regiões de colonização alemã têm constituído um empecilho para a existência de governos mais progressistas no Rio Grande do Sul, já que os “alemães” seriam muito conservadores ou até reacionários, costumo responder ao meu interlocutor que ele deve estar pensando no comportamento reacionário do povo de Cerro Largo, lá nas Missões. Como a maioria das pessoas que me confrontam com essa questão costuma tocar de ouvido, até porque não sabe ler partituras, logo acenam afirmativamente com a cabeça. E então eu aproveito para dizer que sempre desconfiei que o governo estadual anterior ao atual (estou escrevendo em 2005) foi um dos mais reacionários que já tivemos, pois em Cerro Largo o então candidato a governador recebeu 62% dos votos já no primeiro turno.

Peço desculpas por cometer um ato politicamente incorreto e citar essa brincadeira aqui. Mas ela é importante por mostrar mais uma vez a falácia de se falar em comportamento político “dos alemães”.

Não posso estender-me numa explicação desse fenômeno nem tenho provas definitivas da correção das minhas tentativas de explicação, mas minha intuição me diz que esse fenômeno se deve a dois fatores. Em primeiro lugar, tivemos no Rio Grande do Sul um processo de migração, que, grosso modo, partiu do leste e foi para o oeste. Ninguém tem dúvida de que a razão básica da migração é a pressão social. Mas, hipoteticamente, pode-se imaginar dois cidadãos sofrendo os efeitos da mesma pressão social e, mesmo assim, um deles não se deixa abalar e fica morando no lugar em que se encontra, mesmo que isso signifique continuar sofrendo. O outro afirma que a situação está ruim, mas que não vai ficar assim, e se decide pela migração. Não há dúvida de que este último é o mais empreendedor, o mais moderno. E pelo processo de migração sucessiva e da conseqüente seleção dos mais dinâmicos e mais modernos, à medida que vamos ao oeste, poderia explicar-se a tendência de votar mais “à esquerda” desse povo que mora em regiões de migração mais recente.

Além disso, minha intuição me diz que a presença de um maior pluralismo étnico e religioso nas regiões mais a oeste poderia reforçar essa tendência, pois aquele que é aberto à aceitação da diferença étnica e religiosa também poderia tender a ser mais ecumênico e mais progressista em assuntos políticos, na sua tendência eleitoral.

Tenho plena consciência de que essa explicação não é definitiva. Mas a mantenho enquanto não surgir uma explicação mais elaborada. Como hipótese de trabalho, considero-a válida.

Um primeiro problema dessa interpretação está na ausência de qualquer referência à variável socioeconômica. Alguns críticos têm apontado para a existência de uma crise econômica de longa duração afetando toda a região noroeste do Rio Grande do Sul, e que deva ser ela que explica a votação mais “à esquerda” nessas regiões. Pode ser verdade, mas também é verdade que as regiões mais a leste têm enfrentado crises econômicas, sem que seus habitantes tenham passado a votar mais “à esquerda”.

Mas existe ainda um outro problema. Eu próprio – talvez como autocrítica à minha própria biografia – imaginava que colonos “alemães” efetivamente fossem conservadores em todos os sentidos da vida. E foi o povo de meu povoado, Machado, que despertou em mim a desconfiança de que não é bem assim. Quando as referidas trigêmeas do meu povoado posaram para a revista *Playboy*, em 1992, um grande jornal de Porto Alegre destacou um repórter para cobrir o fenômeno. Não tenho informações de bastidores dessa missão, mas posso muito bem imaginar que a direção do

jornal tivesse pedido ao repórter que viajasse até Santa Rosa, um lugar mais conhecido e de fácil localização, e que de lá em diante as grossas colunas de fumaça certamente causadas pelos incêndios provocados pela população intolerante e enfurecida contra a sem-vergonhice das moças, indicariam o caminho a seguir. De fato, o jornal dedicou três páginas ao tema, mas a única voz de indignação contra a nudez publicada das moças foi a do pastor de uma das confissões religiosas locais. Absolutamente todas as demais pessoas entrevistadas se declararam, no mínimo, indiferentes, relegando a questão ao livre arbítrio pessoal; a maioria não viu qualquer problema no ato, e várias moças inclusive lamentaram não terem despertado o interesse da revista.

Escrevendo um capítulo para um livro sobre *Os alemães no sul do Brasil*, publicado em 1994, pela ULBRA, sob o impacto dessa constatação, afirmei, de forma irônica, que, mesmo que até então tivessem fracassado todas as tentativas para encenar a peça *Esperando Godot*, de Samuel Beckett – considerada uma peça extremamente hermética –, o episódio das moças na *Playboy* mostrava que Machado era também *culturalmente* moderno – já que do ponto de vista material, por exemplo, o lugar utilizava os mais modernos produtos e a mais moderna maquinaria – e também os venenos mais devastadores – na sua agricultura.

A partir dessa brincadeira inicial, tenho trabalhado com essa idéia, e entretimentos registro uma série de aspectos no mínimo interessantes nessa perspectiva. Quero dar alguns exemplos. Mesmo que o município de Tupandi, no vale do Caí, seja o município que depois da queda do regime militar tenha votado mais “à direita”, ele já teve uma legislatura em que a metade de sua câmara municipal esteve composta por mulheres, e também já teve uma prefeita, modernidade que muitos municípios supostamente bem mais “esquerdinhos” deste estado ainda não podem apresentar. Aliás, a predominância dos sobrenomes alemães entre as prefeitas eleitas até hoje é clara em todo o estado do Rio Grande do Sul.

Um outro exemplo que costumo citar também se refere a um município da supostamente “direitista” região de colonização ao leste. Trata-se do bucólico município de Santa Maria do Herval, no alto do Morro Reuter. Em 2002, um repórter de um grande jornal de Porto Alegre foi para lá fazer a cobertura da campanha eleitoral daquele ano. Sofreu uma decepção brutal, pois não encontrou faixas, não encontrou postes lambuzados nem pichações por todo lado. Veio à sua mente o óbvio. Sempre lhe haviam dito que essa gente é estranhíssima, que não sabe se a terra em que habitam é o Brasil ou a Alemanha, se aqui vigora uma república ou uma monarquia – enfim, a tese do “enquistamento étnico” continua grassando no senso comum. O dado objetivo, porém, é que naquelas eleições Santa Maria do Herval foi o município com a *menor* abstenção eleitoral em todo o Rio Grande do Sul. No ano seguinte, em 2003,

a Organização das Nações Unidas proclamou que este mesmo Santa Maria do Herval era o município com a *melhor* distribuição de renda do Brasil – e deve-se dizer que se a abundância não é ilimitada naquele município, não se está distribuindo exatamente só miséria; há, no mínimo, um nível de riquezas digno de ser distribuído da forma mais eqüitativa possível. Não tenho acesso a nenhum grande centro eletrônico de armazenamento de indicadores sociais, mas considero muito possível que se “perguntarmos” a um supercomputador que esteja armazenando os indicadores sociais, políticos e culturais de todos os municípios gaúchos qual é o município mais moderno do Rio Grande do Sul – ou até do Brasil – ele venha a “responder-nos” que é Santa Maria do Herval.

O exemplo nos mostra mais uma vez a abissal distância entre aquilo que é propagado por gente que toca de ouvido e aquilo que resulta de uma investigação histórica objetiva, com dados quantitativos e qualitativos mais consistentes do que a simples impressão.

Mais um exemplo. Nas eleições municipais de 2004, no município de Ivoti todos os postulantes ao cargo de prefeito foram mulheres, em número de três. Mais uma vez, o fato despertou a curiosidade da imprensa metropolitana. E mais uma vez, não tenho dados de bastidores da missão, mas pela leitura do texto posteriormente publicado pelo mesmo grande jornal da Capital, que novamente foi lá cobrir o caso, pode-se inferir que se desconfiava de alguma tramóia ou, no mínimo, de algum exotismo. Quando o repórter chegou à cidade de Ivoti, defrontou-se com Sílvio Prudêncio da Silva – ainda não consegui esclarecer, mas tenho fortes razões para imaginar que se trata de um afrodescendente, de quem o repórter certamente imaginava arrancar alguma informação mais “quente” sobre essa estranha candidatura de três mulheres. Para decepção do repórter, o entrevistado não manifestou nenhuma estranheza em relação ao fato de que fossem três mulheres nem qualquer ressentimento pelo fato de que fossem três “alemoas”, e partiu direto para uma análise absolutamente racional e lógica sobre aquilo que estava acontecendo em Ivoti. Uma das candidatas era vice-prefeita pela coligação da administração em fim de mandato, mas o prefeito não cumprira os compromissos assumidos, o que a obrigou a romper a coligação até então existente e lançar candidato próprio de seu partido, tendo a escolha recaído sobre a própria, como maior liderança do seu partido, no momento. Isso, por sua vez, obrigou o partido do prefeito a refazer suas alianças e a lançar a candidatura que tinha mais chances de aceitação e sucesso eleitoral – causalmente, também uma mulher. E no terceiro caso, a mesma candidata já concorrera em oportunidades anteriores, continuando a ser a candidata natural do seu agrupamento político. Portanto, para esse cidadão comum do município não acontecera absolutamente nenhuma esquisitice.

Na verdade, na metrópole ainda grassam coisas tão arcaicas quanto o feminismo. Por isso, na metrópole, discute-se acirradamente sobre quotas femininas nas instâncias partidárias e sobre a necessidade de colocar ao menos uma mulher na chapa do partido, nem que seja para o cargo secundário de vice-prefeito. Em Ivoti, questões desse tipo estão totalmente superadas. Ali há uma igualdade relativa entre os sexos, e as três candidaturas femininas surgiram ao natural. Se na próxima eleição se candidatarem somente homens, não terá acontecido nada de anormal. A constelação política do momento ditará a escolha das candidaturas, e não preceitos dogmáticos ditados por ideologias feministas, por exemplo.

Inclusive o fator religioso referido *ad nauseam* como empecilho para a chegada da modernidade ao interior, em Ivoti não deve ter sido considerado, pois, no mínimo, duas das candidatas são luteranas.

Tenho destacado que a modernidade não imaginada pelo senso comum para Ivoti tem ali uma longa tradição. Em 1907, Fernando Abbott, em campanha eleitoral ao governo do estado contra o candidato do Partido Republicano Riograndense, Carlos Barbosa, chegou também a Bom Jardim, nome pelo qual Ivoti atendia na época. Na entrada da cidade, recebeu um emissário do chefe local do PRR, Jacob Knierim, que o convidou para o almoço. No outro dia, os jornais de São Leopoldo e de Porto Alegre noticiaram, com destaque, que o chefe republicano de Bom Jardim havia aderido à oposição. Mas Knierim se apressou a publicar uma matéria paga n' *A Federação* comunicando que não aderira de forma alguma; disse que conhecia a prática política usual do estado, onde a oposição costumava ser recebida a bala. Vituperou, porém, o preconceito da opinião pública, ensinando que Ivoti, aliás Bom Jardim, se caracterizava por uma cultura política moderna, que era pelo respeito à oposição, pelo aproveitamento de suas críticas às administrações vigentes, em benefício do bem comum.

\*

Tomo a liberdade de intercalar neste ponto uma pequena consideração de caráter mais teórico, para tentar mostrar que essas minhas considerações, nas quais, em última instância, estatuo em moderno aquilo que dificilmente é visto dessa forma pelo senso comum e, em contrapartida, insinuo que a modernidade pode não estar tão presente ali onde o senso comum a localiza como evidente. Minhas considerações partem de dois pressupostos que considero importantes nesse contexto. O primeiro, é o da importância dos resultados não intentados da ação humana. Um dos mais importantes historiadores alemães da atualidade, Jürgen Kocka, falando da linha historiográfica denominada Ciência Social Histórica, que ele ajudou a fundar na década de 1970, disse recentemente o seguinte: “Estávamos de alguma forma convictos – e eu o continuo até hoje – de que ... a História não se resume àquilo que as pessoas tentam atingir

em suas relações recíprocas, e que a coisa mais importante a fazer é tentar entender os processos e as estruturas que não estavam presentes nas motivações, nas concepções e nas ações dos contemporâneos”.

E é dessa perspectiva que parto para o segundo aspecto importante das minhas conjecturações. A perspectiva mais difundida sobre a modernidade é aquela que parte do pressuposto de que os avanços no campo material (científico, por exemplo) estão acompanhados de um correspondente processo mental consciente das transformações – em última análise: que os atores sociais estão conscientes da sua própria modernidade. Diria que esse processo está representado de forma paradigmática pela tradição francesa. Só que essa tradição corre o sério risco de desembocar no autoritarismo ou até no totalitarismo. Lembro-me de um dos meus professores de História do colégio, um alemão, que, em alemão, nos citava um suposto refrão da Revolução Francesa que, em tradução livre, dizia: “E se não quiseres ser meu irmão, te rebento a cara!”

Do outro lado, temos um caminho em direção à modernidade que é percorrido de forma inconsciente, até contra a vontade e as intenções dos atores. O exemplo paradigmático, neste caso, é o americano, a partir da doutrina calvinista. Max Weber combatia com toda a ênfase a posição de marxistas vulgares de seu tempo que viam em Calvino um ideólogo da burguesia. Para ele, não havia qualquer dúvida de que Calvino era, simplesmente, um teólogo, que tentava acertar o céu, mas como resultado não intentado de sua ação acabou dando um tiro certeiro na terra – o capitalismo moderno. Os calvinistas, se o soubessem, certamente até teriam tentado evitar essa modernidade. Mas ela se implantou contra sua intenção. E justamente por isso resultou não dogmática, tolerante, duradoura.

O povo simples de Ivoti também não tem a mínima consciência de que vive uma admirável modernidade. E não serei eu que irei até lá para dizer a esse povo que ele não é tão atrasado quanto muita gente imagina.

Notem os ouvintes que em nenhum momento até aqui me referi a algo como “cultura alemã”. Nunca imaginei que essas coisas tivessem a ver especificamente com uma tal de “cultura alemã”. Penso que tudo isso decorre, muito antes, da forma da colonização, da organização da vida econômica, social, religiosa das comunidades de imigrantes, com seu comunitarismo, com suas assimetrias sociais relativamente pequenas, ao menos lá no início do processo, sua relativa distância em relação ao aparelho de Estado brasileiro etc.

\*

Para finalizar. Como comecei minha trajetória de pesquisa trabalhando com temas sobre a década de 1930, no decorrer do tempo, fui procurado por estudantes

para orientar trabalhos sobre história política desse período que não tivessem necessariamente a ver com as regiões de colonização alemã ou italiana. Surgiu daí uma linha de pesquisa voltada para a história política mais geral do período. Escrevi alguns trabalhos a respeito. Recentemente, terminei um estudo sobre o Estado Novo no Rio Grande do Sul. Prometo apresentá-lo quando sair publicado.

Peço desculpas pelo meu estilo muitas vezes irônico, em certas passagens até debochado. Esse estilo, ao menos em parte, não é desproposital. Penso estar trabalhando sob a influência do pensamento de Max Weber com seus tipos ideais. E tipos ideais sempre são propositalmente unilaterais e, portanto, exagerados, justamente para deixar bem claro contra quem ou contra quem se voltam. Da mesma forma, a citação de Weber que apresentei no início diz que o intelectual não pode pactuar com o contra-senso. Por isso costumo denunciar o contra-senso – no caso, o contra-senso historiográfico – sem meias palavras –, às vezes num texto debochado e até agressivo. É o meu estilo.